



NÃO À DESCRIMINALIZAÇÃO DA "INDÚSTRIA DO SEXO"

MDM CONDENA DECISÃO DA AMNISTIA INTERNACIONAL QUE OFENDE E VIOLENTA SEVERAMENTE OS DIREITOS E A DIGNIDADE DAS MULHERES

Face às notícias vindas a lume sobre a Resolução da Amnistia Internacional (AI) a instar os governos de todo o mundo a adoptarem políticas e leis para a descriminalização total da indústria do sexo, incluindo proxenetas, donos de bordéis e compradores de actos sexuais, **o MDM não pode deixar de manifestar a sua perplexidade face a uma organização que se diz de direitos humanos, assumindo hoje na cena internacional o mais vil protagonismo em prol de um negócio que é reconhecido como instigador da maior violência sobre as mulheres e as crianças.**

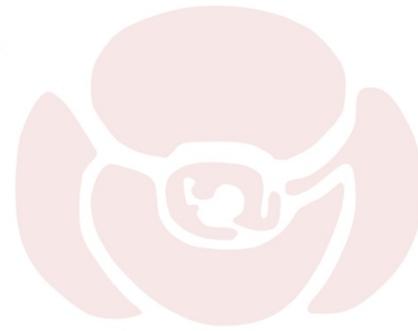
A nota à imprensa da Amnistia Internacional anunciando o resultado da votação parece, à primeira vista, inócua pelo uso e abuso de uma linguagem preocupada sobre a igualdade de género, direitos das mulheres, normas de direitos humanos e exploração sexual de crianças. **O MDM e as mulheres em geral, não se deixarão enganar, porque conhecemos os efeitos destas políticas, Europa fora, onde há exemplos relevantes de como a subversão da linguagem nos arrasta para o precipício.** (Vide países como a Alemanha, Holanda, onde a legalização da prostituição é um poço sem fundo da corrupção e do tráfico)

O apelo da AI aos governos para que descriminalizem a indústria do sexo contém a rejeição voluntária e insensível dos direitos das mulheres e da igualdade. Esta "organização de direitos humanos" optou por ficar do lado da multibilionária organização internacional de comércio sexual que, de há muito, reclama estas medidas. Optou por excluir as pessoas prostituídas - que são esmagadoramente as mulheres e meninas oriundas de grupos raciais, étnicos e económicos desfavorecidos e, tantas vezes, privados de direitos civis, conferidos a todas as pessoas na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O processo de deliberação e "investigação" que a AI clama ter conduzido, é marcado pela deliberada exclusão da voz e conhecimento dos representantes de sobreviventes de prostituição e organizações dos direitos das mulheres, que trabalham para acabar com a violência e a discriminação a nível local, regional e internacional. Assim foi com o MDM que não apenas dirigiu à secção portuguesa um apelo escrito (31 de junho - divulgado à comunicação social) como se disponibilizou "para um encontro/reunião para discussão de opiniões", não tendo obtido até à data nenhuma reacção.

Adicionalmente a AI ignorou as crescentes evidências dos efeitos catastróficos da descriminalização da indústria do sexo. Ignorou, especialmente, que ela conduz a um aumento do tráfico sexual para bordéis legais e autoriza - de forma sancionada pelo Estado - a compra de pessoas para actos sexuais que incluem actos de tortura, tal como é o caso da Alemanha. **Portanto a AI ao manter a sua decisão, alargou a porta à violação dos direitos humanos das pessoas prostituídas a uma escala global.**

Ao ignorar a sua missão de "proteger os direitos de todos os seres humanos a viver uma vida livre de violência e com dignidade", princípio garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, a AI prejudicou seriamente a sua reputação, credibilidade e legitimidade. Pior ainda, ela condenou os seres humanos mais marginalizados à exploração no comércio do sexo.



Importaria agora que a AI, para aclarar os seus propósitos, reconheça que a sua decisão de apelar à descriminalização da indústria do sexo está em grave violação dos princípios dos direitos humanos há muito estabelecidos em convenções internacionais, incluindo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), e que dissipe todas as dúvidas, que diz ter, sobre a prostituição como trabalho sexual.

Pelo nosso lado continuaremos a lutar em Portugal em defesa dos direitos de todas as pessoas prostituídas, – mulheres e crianças – que são de facto vítimas de um sistema prostitucional muito organizado, e junto das entidades competentes - Assembleia da República e Governo - para que não se adoptem no nosso País, quaisquer políticas de descriminalização do lenocínio, legalizando a indústria do sexo, ou seja, legalizando a venda dos corpos/sexo das pessoas. Continuaremos a lutar para que todos os que lucram com tal exploração sejam efectivamente responsabilizados e impedidos legalmente de o fazer.

O Movimento Democrático de Mulheres que participou activamente, lado a lado com muitas centenas de organizações e personalidades de todo o mundo contra a proposta de resolução da Amnistia Internacional, manterá um papel activo, no nosso país e internacionalmente, pelo respeito dos direitos humanos e da dignidade das mulheres e não pactuará com o proxenetismo que vive da exploração da compra e venda de actos sexuais, aviltantes das mulheres e crianças,

A Direcção Nacional do
Movimento Democrático de Mulheres

Lisboa, 12 de agosto de 2015